



Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

18ª Edição – Brasília, 23/7/2020

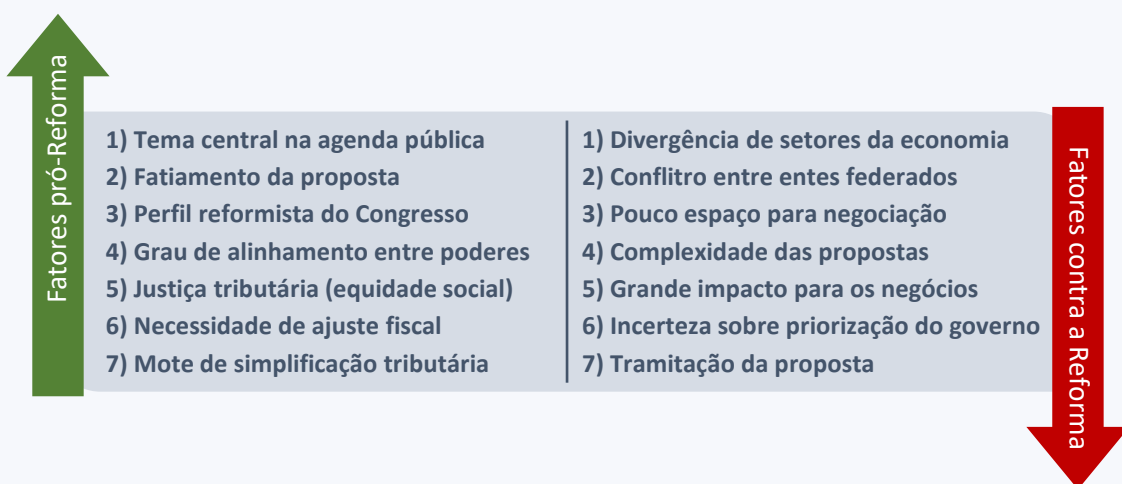
Para além da Reforma I A vez dos marcos regulatórios na agenda de recondução do país



Em gesto político simbólico, o ministro da Economia, Paulo Guedes, visitou o Congresso Nacional nesta terça-feira (21/7) para apresentar a primeira parte da proposta de Reforma Tributária do governo. A matéria se soma às iniciativas já em tramitação no Parlamento, devendo ocupar a atenção da opinião pública, pelo menos até o final de 2020, com grande embate distributivo entre União, estados e municípios e entre os diferentes elos da cadeia produtiva. Enquanto isso, com menos holofote, uma série de [outras medidas econômicas ganham força e espaço](#) na agenda de decisões legislativas e de políticas públicas. Quais são estas propostas e como elas impactam o ambiente de negócios para o cooperativismo? Confira a seguir.

A estratégia do governo e a recepção da proposta. O principal componente de análise neste momento é se o fato novo (apresentação de projeto pelo governo) aumenta ou diminui a chance de aprovação da Reforma Tributária no Congresso. Para tanto, mapeamos algumas das principais variáveis que interferem nessa análise, conforme demonstrado abaixo.

FATORES QUE IMPACTAM NA APROVAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA



Fatores positivos. Dentre os fatores favoráveis à Reforma, destaca-se a estratégia política utilizada pelo governo de fatiar a proposta, [retirando do texto inicial alguns dos temas mais polêmicos](#), como a criação de um tributo sobre transações financeiras (uma espécie de nova CPMF), a tributação sobre dividendos e a unificação de tributos estaduais e municipais. Em segundo, o [movimento político de união entre poderes](#), que pôde ser percebido tanto nas manifestações de apoio entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional, como no alinhamento entre Câmara e Senado, que vinham tendo alguns episódios de desgaste na disputa pelo protagonismo da agenda política e econômica. Nesta seara, chamou bastante atenção a



Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

18ª Edição – Brasília, 23/7/2020

fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, a [aposta e confiança do governo no perfil reformista do atual Congresso](#) e do cuidado para que o projeto do governo não entrasse em rota de colisão com as propostas que já tramitam no Congresso (PEC 45/2019 e PEC 110/2019). Outros fatores conjunturais, não menos importantes para alavancar o debate, dizem respeito à situação de grave crise fiscal que o Brasil passa por ocasião da pandemia, devendo chegar ao patamar de endividamento público equivalente a cerca de 100% do PIB. A Reforma Tributária seria, então, a [forma mais viável de recondução econômica do Brasil](#), além de afastar em médio prazo o risco de inflação. Outro mote da proposta é buscar diminuir a desigualdade social. Hoje, o sistema tributário brasileiro seria regressivo, ou seja, beneficiaria os mais ricos em detrimento dos mais pobres. Assim, a Reforma ajudaria a [diminuir as disparidades sociais](#), além de possibilitar o custeio do Renda Brasil (programa de renda básica permanente proposto pelo governo). Por fim, os apoiadores da Reforma acreditam que esta seja fundamental para [simplificar e desburocratizar o sistema tributário nacional](#), diminuindo a complexidade das regras atuais e os custos de atendimento das normas de conformidade.

Fatores negativos. Dentre os pontos que dificultam a tramitação da proposta, o que mais se evidencia é o esforço quase impraticável de se chegar a consensos mínimos sobre a proposta. Isso se deve ao grande número de atores afetados pela Reforma e à [heterogeneidade de interesses](#), às vezes dentro de um próprio setor. Isso se deve ao elevado grau de complexidade das normas tributárias no país, tendo em visto o grande número de legislações e de exceções às regras. Porém, a proposta desagradou alguns atores em especial, como no caso do setor de comércio e serviços e do setor agropecuário. Outro grande foco de conflito se dá na guerra fiscal entre Estados e Municípios, tendo em vista a busca de aumento na arrecadação ou à atração de novos investimentos. Assim, é praticamente inviável a realização de mudanças bruscas no escopo da proposta, devido aos [diversos conflitos distributivos](#) que esta traz. Como a intenção inicial é manter a média da carga tributária sobre o setor econômico, cada novo ajuste na proposta para viabilizar a diminuição da tributos de determinado setor implicaria em aumento da carga tributária para outro setor (ou, por fim, a perda de arrecadação para os cofres públicos, o que traria uma situação fiscal ainda pior ao governo). Outro fator que dificulta a tramitação da matéria é [o alto grau de complexidade do tema](#) (para se ter ideia, o projeto, que representaria apenas a primeira de quatro etapas do pacote de propostas do governo, possui 132 artigos). Em um momento de recessão econômica, que, em alguns setores, pode durar alguns anos até a sua recondução, o aumento de carga tributária poderia significar um [fator determinante para a descontinuidade das atividades de diversos negócios](#). Juntam-se a isso a desconfiança do setor econômico sobre o [grau de priorização real do governo](#) acerca da proposta (o que poderia fragilizá-la), além das dificuldades inerentes ao cenário político atual (votações digitais, eleições municipais e o próprio trâmite de votação de uma matéria complexa).

Elaborado pela Gerin/OCB

Para além da Reforma Tributária. Evidentemente, os desafios impostos pela Covid-19 impuseram às autoridades a necessidade de enfrentamento dos reflexos da pandemia por ações integradas em [diferentes eixos de atuação](#). No primeiro momento, as políticas de maior relevância foram aquelas voltadas às iniciativas de: **1)** atendimento da saúde pública; **2)** garantia de renda, por meio do Auxílio Emergencial; **3)** segurança de abastecimento e de serviços essenciais; **4)** acesso ao crédito e busca pela manutenção de empregos; e **5)** organização orçamentária e repasse de recursos da União aos estados e municípios. Passados cinco meses do início da pandemia, parece haver um [novo ciclo de políticas voltadas à recondução do país](#), bastante focado em ajustes nas medidas acesso a crédito e de manutenção de emprego e renda, e tendo como novidade a discussão de propostas de atração de novos investimentos.



Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

18ª Edição – Brasília, 23/7/2020

ATUAIS FRENTES DE COMBATE AOS REFLEXOS DA PANDEMIA

Saúde pública	<ul style="list-style-type: none">• Atendimento de saúde pública• Avanço no tratamento e na disponibilização de vacinas• Retorno das atividades econômicas e sociais
Garantia de renda e de bem-estar social	<ul style="list-style-type: none">• Renda básica permanente• Educação básica e segurança alimentar
Garantia de abastecimento	<ul style="list-style-type: none">• Questões ambientais e sanitárias• Abertura de mercados• Programas de compras governamentais• Diminuição de custos de logística da produção
Liquidez econômica e manutenção de empregos	<ul style="list-style-type: none">• Acesso a crédito para micro e pequenos negócios• Subsídio para a manutenção de empregos• Flexibilização de contratos de trabalho• Recuperação creditícia e proteção contra a insolvência
Âncora fiscal	<ul style="list-style-type: none">• Política monetária• Teto de gastos• Pacto Federativo• Reforma Tributária• Reforma administrativa
Atração de investimentos	<ul style="list-style-type: none">• Desburocratização do ambiente de negócios• Marcos regulatórios setoriais• Investimento em infraestrutura

Elaborado pela Gerin/OCB

A vez dos marcos setoriais. Nos próximos meses, enquanto o foco do debate público estiver no amadurecimento da Reforma Tributária, o Poder Executivo e o Congresso Nacional deverão aproveitar lacunas na pauta dos plenários da Câmara e do Senado para avançar, de forma paralela, na [aprovação de medidas setoriais que possam gerar investimento e emprego para o país](#), como no caso da recente aprovação do Marco Regulatório do Saneamento Básico. Fazem parte desta agenda a nova Lei do Gás Natural (PL 6407/2013), as medidas de fomento ao setor elétrico (MPV 950/2020) e a busca de recursos para conectividade rural (PL 172/2020). Além disso, há a tentativa de destravar investimentos por meio da Lei Geral de Licenciamento Ambiental (PL 3.729/2004), do Marco Legal de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PL 7.063/2017), da atualização da legislação de regularização fundiária (PL 2.633/2020) e da possibilidade de aquisição de terras por estrangeiros (PL 2.963/2019), apesar da pressão de ambientalistas e da opinião pública sobre o avanço de algumas destas matérias. Neste contexto, também há uma importante [janela de oportunidade para o avanço do marco regulatório do cooperativismo](#), como no caso da possibilidade de atuação de cooperativas no mercado de telecomunicações (PL 8.824/2017) e da atualização da LC 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (PLP 27/2020).

[Link para números da semana e edições anteriores.](#)